

## DOSSIÊ “DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO E TERRITÓRIOS AMAPAENSES DE RESILIÊNCIA”

DOSSIER “AMAZON DEVELOPMENT AND AMAPA TERRITORIES OF RESILIENCE”

DOSSIER “DESARROLLO AMAZONICO Y TERRITORIOS AMAPA DE RESILIENCIA”

 José Francisco de Carvalho Ferreira <sup>a</sup>

 Marco Antonio Chagas <sup>a</sup>

 Maria Geralda de Almeida <sup>b</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2022.64986

Correspondência: mgdealmeida10@gmail.com

O Amapá integra a fronteira amazônica vocacionada para a conservação da natureza. São 10 milhões de hectares de áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), que se somam a um extenso corredor de sociobiodiversidade, que inicia no estado do Pará, adentra ao Amapá e se estende até à Amazônia guianense. Totalizam mais de 30 milhões de hectares, equivalente à área da Noruega, principal doador do Fundo Amazônia, que apoia ações voltadas para manter a floresta em pé, transpirando e inspirando.

Neste cenário, que simboliza a história primitiva da terra do livro do Gênesis, a natureza é o resultado do cuidado dos povos da floresta. São indígenas, quilombolas, castanheiros e ribeirinhos que compartilham territórios em pluriversos de culturas, ecologia de saberes e práticas artesanais, mas que, agora, transitam num campo de incertezas e ameaças diante da convenção de que não existem alternativas ao desenvolvimento fora do capitalismo e do *remake* colonialista.

Neste contexto, o desenvolvimento amazônico torna-se categoria ontológica de resistência e de resiliência, que se complementam em lutas por territórios e pela vida. A resiliência é a potencialidade ativa de reinvenção e transformação no horizonte da existência. Diante das agruras impostas à sua sobrevivência, os sujeitos descobrem, nas suas práticas, modos de incorporar outros elementos que possibilitam enfrentar a realidade disruptiva. Ser resiliente implica na gênese de novas formas de se relacionar ao meio e lidar com dificuldades, portanto, de resistir para existir.

O presente dossiê da Revista Geo/UERJ traz um conjunto de artigos selecionados para proporcionar uma reflexão sobre “**Desenvolvimento Amazônico e Territórios Amapaenses de Resiliência**” ou “Zonas Libertárias”, como se apresenta o artigo de autoria de **Marco Antonio Chagas e Antonio Sérgio Monteiro**





**Filocreão.** Os autores analisam a movimentação destrutiva do capitalismo e propõem um olhar sistêmico e integrado para as terras indígenas e unidades de conservação, que se complementam em territórios protegidos e em estratégias de resistência ao consenso das *commodities* para adiar o fim do mundo, como alerta Ailton Krenak.

Na trilha dos artigos, que marcam lutas coletivas por direitos territoriais quilombolas, o texto de **Daguinete Maria Chaves Brito, Ananda Brito Bastos e Cecília Maria Chaves Brito Bastos** expõe as territorialidades das comunidades negras que ocupam a região do Curiaú e as ameaças que as cercam, enquanto **Liliane Rodrigues Soares** analisa os conflitos socioambientais e as institucionalidades tardias e omissas que acirram referidos conflitos de terra nas comunidades negras do Ambé, Curiaú e Santo Antônio da Pedreira.

Os conflitos pela terra são constantes no Amapá e um exemplo são aqueles interpretados por **Roni Mayer Lomba e Eliane Aparecida Cabral da Silva**. Os autores evidenciam como a apropriação por acumulação do capital vem transformando espaços rurais e espaços urbanos no Amapá, tanto pela expulsão de populações tradicionais quanto pela acelerada elitização condominial que ocorre ao longo das vias que interligam as duas principais cidades do estado (Macapá e Santana).

O Sul do Amapá, fronteira com o Pará, abriga o Projeto Jari, um dos mais polêmicos projetos intensivos de capital e de concentração de terras da Amazônia. Nesta região existe um mosaico de áreas protegidas e urbes que emergiram do caos provocado pela exclusão social do grande projeto. Em uma destas cidades, Laranjal do Jari, o jornalista Gilberto Dimenstein se inspirou para escrever “Meninas da Noite”, onde narra a rota da prostituição infanto-juvenil na Amazônia. Nesta cidade na floresta **Jacklinne Matta Corrêa, Josimar Silva Freitas e José Francisco de Carvalho Ferreira** testaram um dos instrumentos de medição da sustentabilidade – o Barômetro da Sustentabilidade – e o texto apresenta os resultados que instigam a uma leitura crítica e reflexiva.

O município vizinho ao Laranjal do Jari é Vitória do Jari. **Fabiano Luís Belém e Laila Carvalho Tavares**, com o uso de geotecnologias, verificam a inconsistência dos limites inseguros que dão sustentação à atual base cartográfica do município de Vitória do Jari, e que, de certa forma, indica a necessidade de revisão e atualização dos polígonos que configuram os territórios legalmente constituídos pelo estado.

No outro extremo do Amapá, o Oiapoque demarca o limite norte da Amazônia brasileira e a fronteira Brasil-França. Na cidade banhada por este rio, **Francisco Otávio Landim Neto e Neandro Feitosa Lira** identificam impactos ambientais na cidade relacionados ao descaso do planejamento governamental, que prioriza a segurança nacional em detrimento da integração entre países. Assim como na cidade de Laranjal do



Jari, a cidade do Oiapoque cresce desordenadamente em torno de um monumento simbólico “Aqui Começa o Brasil”.

**José Alberto Tostes** e **Tiago Idelfonso e Silva Pedrada** analisam, em seu artigo, um dos projetos governamentais de infraestrutura rodoviária mais longínquos que se tem conhecimento para “denunciar” a inacabada BR 156. A referência do estudo foram os municípios de Calçoene e Oiapoque, onde os autores discutem as implicações do isolamento terrestre do norte do Amapá. Além disso, os autores comentam as dificuldades que tangenciam uma discussão teórica mais empoderada sobre o desenvolvimento local.

A condição de acaso – ou descaso – com a qual o Amapá se formou territorialmente, e que, de certa forma, contribuiu para o entendimento das leituras dos artigos que tratam das urbes amazônicas, é evidenciado por **Emmanuel Raimundo Costa Santos** e **Diego Augusto Sousa de Sousa**. De fato, com fundamentos da geografia histórica e da dinâmica de ocupação das Terras do Cabo Norte, os autores contextualizaram a formação colonial das vilas da região.

Na busca de alternativas ao desenvolvimento econômico hegemônico, representado pelo grande capital da mineração, do agronegócio, das indústrias madeireira e pesqueira, **Eduardo Margarit Alfena do Carmo** constrói suas reflexões. Seu texto está consubstanciado na mudança de paradigma estatal, e propõe maior atenção e acolhimento às economias de base comunitária das populações tradicionais.

Finalmente, o artigo de **Nathalie Cialdella, Ana Margarida Castro Euler, Eliane Superti, Rosélis Remor de Souza Mazurek** e **Catherine Aubertin** nos fazem “esperançar”. As autoras analisam a cadeia produtiva do açaí com base em três experiências de comunidades tradicionais do Amapá (Mazagão, Bailique e Oiapoque). Nele relatam como essas comunidades articulam ações coletivas de aproximação com o mercado, e, simultaneamente, fortalecem suas estratégias de segurança alimentar e territorial.

Este dossiê aproxima o Amapá, um dos estados mais desconhecidos da federação, de leitores da Revista Geo/UERJ e de todos os que procuram oportunidades de pesquisas que não sabíamos que existiam, em abstração ao conto de Mia Couto, “Línguas que não sabemos que sabíamos”. Abrem-se, assim, pontes para novos diálogos interculturais que incitam a curiosidade daqueles que buscam desafiar a complexidade amazônica para aprender a desaprender e reaprender.